

CLARA BARROS

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Centro de Linguística da Universidade do Porto

mbarros@letras.up.pt

ORCID: 0000-0002-4118-1683

**PRAGMÁTICA HISTÓRICA E CONSTRUÇÃO HISTÓRICA
DO DISCURSO: ANÁLISE DE ALGUNS ASPETOS
DO FUNCIONAMENTO TEXTUAL-DISCURSIVO
DO PORTUGUÊS MEDIEVAL**

**HISTORICAL PRAGMATICS AND HISTORICAL
CONSTRUCTION OF DISCOURSE: ANALYSIS OF
SOME ASPECTS OF THE TEXTUAL-DISCURSIVE
FUNCTIONING OF MEDIEVAL PORTUGUESE**

RESUMO: Na análise de textos medievais orientada para o estudo da estrutura textual-discursiva, é importante a análise pragmática histórica, porque abre amplas perspectivas à análise de textos do passado. Este artigo pretende expor a análise de alguns aspetos linguísticos específicos do português medieval, nomeadamente o uso dos conectores discursivos e as suas derivas semânticas e pragmáticas, a evolução do sistema da dêixis espacial do português, precisando a cronologia da sua evolução, e a análise de alguns casos de inovação lexical em português, observados em textos de diferentes tradições discursivas em que a génese da utilização da palavra é evidente. Analisa-se a divergência formal e funcional de alguns conectores em textos de diferente tipologia, sugerindo que a génese de novos usos poderá estar intrinsecamente ligada à ocorrência numa tradição discursiva em particular. No estudo da dêixis espacial, a distribuição das formas no português medieval revela um sistema binário que evolui para uma estabilização da oposição ternária a partir da deslocação de morfemas anafóricos e identificativos. Esta análise contribui para o estabelecimento de padrões de evolução em diferentes tradições discursivas, o que sugere a relação entre a evolução linguística e a tipologia dos textos e a sua história.

Palavras-chave: pragmática histórica, tradições discursivas, conectores, dêixis espacial, inovação lexical

ABSTRACT: In medieval textual analysis (which concerns the study of textual and discursive structures) it is important to take into account historical pragmatics since this

broadens the horizons for the analysis of texts from the past. The present study aims to examine some specific linguistic aspects of medieval Portuguese. First, it looks at the use of discursive connectors and their semantic and pragmatic derivations, then it moves on to the evolution of the system of locative deixis in Portuguese. This involves discussing its chronology, with the analysis of some examples of lexical innovation; this has been observed in texts belonging to different discursive traditions in which the origin of new word use is evident. Some formal and functional divergence of connectors of use has been noted within the evolution of different types of text, which suggests that this evolution depends on specific contexts and on text typology. With regard to the analysis of locative deixis, it becomes clear that in the medieval period the system evolved from a binary to a ternary structure. The present analysis contributes to the establishment of parameters for the evolution of connectors in different discursive traditions, thus relating historical evolution to the typology of texts and their history.

Keywords: historical pragmatics, discourse traditions, connectors, locative deixis, lexical innovation

1. Pragmática Histórica e o estudo dos textos do passado

A Pragmática Histórica representa uma aproximação teórico-metodológica em Linguística Histórica que se configura como uma área de investigação interdisciplinar que cruza os domínios teóricos da Pragmática Linguística e da Linguística Histórica. Trata-se de uma abertura teórico-metodológica que contribuiu para uma necessária reformulação das perspetivas de análise de textos do passado.

É sabido que a análise de textos do passado se reveste de características próprias que põem problemas específicos. A começar pelo problema metodológico sempre presente no estudo de textos de outras sincronias – o problema dos dados. Como acentua a afirmação, já clássica, de William Labov (1994: 11): «Though we know what was written, we know nothing about what was understood».

Com efeito, não sabemos, à partida, como foi recebido o discurso, qual o sentido que lhe foi atribuído pelos leitores coevos. Os discursos estão situados em circunstâncias particulares e são determinados por elas e pela circulação social do sentido. Estão ancorados na história e constroem-se ao longo dela. Daí a importância de que se reveste uma história das formas textuais em que a construção histórica do discurso possa ser observada. O método de análise

tem de ser adequado a esse objetivo. Os textos podem ser analisados sincronicamente, mas na sua historicidade, mantendo a percepção da variação em sincronia, porque cada estado de língua tem a sua espessura histórica.

Quando procuramos fazer uma abordagem pragmática de textos do passado o problema dos dados agudiza-se, uma vez que a metodologia pragmática foi predominantemente aplicada à análise de textos atuais – orais e escritos – inseridos no seu contexto empírico, e terá que ser adaptada à análise de textos – escritos – de sincronias do passado, cuja inserção contextual só indiretamente pode ser determinada. As hipóteses analítico-descritivas formuladas pela Pragmática Histórica não poderão ser empiricamente sustentadas; é preciso, assim, encontrar informações – que se revelam, por vezes, escassas – sobre o contexto histórico e social dos textos.

Acresce que o estudo da unidade texto/discurso não foi muito frequente no âmbito da Linguística Histórica que, tradicionalmente, deu pouca atenção à evolução das formas textuais e dos géneros discursivos. Quando as dimensões textuais/discursivas foram englobadas na reflexão e caracterização praticadas pela Linguística, no âmbito da Pragmática Linguística, da Análise do Discurso e da Linguística Textual, o seu estudo foi inicialmente encarado numa perspectiva estritamente sincrónica. Mas o alargamento da análise linguística à relação entre a linguagem e os contextos não poderia deixar de ter repercussões na Linguística Histórica. As formas de organização textual-discursiva podem (e devem) ser estudadas numa perspetiva histórica e é indispensável que, em relação a textos do passado, se faça o estudo das relações entre o uso da linguagem e os contextos, isto é, que a comunicação construída nesses textos possa ser descrita à luz de uma metodologia enunciativo-pragmática.

A descrição linguística no âmbito da Pragmática Histórica foi uma área científica inicialmente assim designada por Brigitte Schlieben-Lange que, em inícios dos anos 80 (cf. Schlieben-Lange, 1983), de forma precursora, se propôs alargar a perspetivação da história das línguas românicas a novos conceitos da área da sociolinguística e da pragmática. Esta abordagem foi desenvolvida pela romanística alemã ao longo dos anos 80 e assumiu um âmbito mais alargado no final dos anos 90.

Na linguística portuguesa, a importância desta metodologia de análise foi sublinhada por Clarinda Maia num artigo, fundamental, de 1995 – *Sociolin-*

guística histórica e periodização linguística – em que chamava a atenção para a desejável utilização dessa metodologia na Linguística Histórica. Nesse mesmo ano, foi editada por Andreas Jucker (ed. 1995) uma obra de sistematização – *Historical Pragmatics. Pragmatic Developments in the History of English* –, com uma apresentação programática de Daniel Jacob e Andreas Jucker intitulada *The Historical Perspective in Pragmatics* (Jacobs/Jucker, 1995).

É de notar que este quadro teórico-metodológico assinala duas perspectivas que se têm afirmado na Pragmática Histórica: por um lado, a que se ocupa da análise da estruturação dos discursos e da caracterização do sentido neles construído, tendo em conta as condições da sua produção-receção; por outro lado, a que se aplica à descrição e explicação da deriva formal ou funcional de alguns morfemas, ao traçado do percurso diacrónico de uma forma ou função, analisando a alteração dos sentidos discursivos e as diferentes realizações formais dessa função através de diferentes estádios da mesma língua.

Estas duas perspectivas são complementares e podem cruzar-se: os dados obtidos na análise discursivo-textual permitem descrever o significado (e o uso) dos elementos linguísticos, e este conhecimento é fundamental para a determinação do seu valor, porque não há formas soltas, isoladas, há discursos. E é possível estabelecer comparação com outras sincronias, detetando a variação e eventuais movimentos de evolução linguística que afetem diversas categorias.

1.1. O modelo das tradições discursivas e a história da língua

Os estudos de Johannes Kabatek e de outros autores – desde Jacob/Kabatek (2001) até trabalhos mais recentes (Kabatek 2006; 2008; 2016) – constituem um marco muito importante no âmbito da análise pragmática de textos do passado. Kabatek enriqueceu o estudo desses textos relacionando-os não só com uma realidade, com uma situação, mas também com outros textos da mesma tradição (Kabatek, 2006: 513). O fecundo conceito de *tradição discursiva* consegue dar conta das interseções discursivas num contexto histórico, e perspectiva o texto como atualização, tradição e inovação.

Os trabalhos de Pragmática Histórica debruçam-se sobre tipos específicos de textos de que descrevem a estruturação discursiva e os fenómenos de evolução histórica. Algo que se tornou patente em estudos mais recentes de diversos autores que trabalham sobre Linguística Histórica como, por exemplo, o estudo de Company (2014) sobre as variáveis da difusão dos fenómenos de mudança sintática e do cenário em que decorrem.

A conceção de que a história de uma língua se faz também de acordo com as tradições dos textos e estas podem condicionar a seleção de elementos linguísticos parece-me fundamental na Linguística Histórica como, aliás, na linguística em geral. Os textos contêm também, em si mesmos, elementos do quadro situacional e das condições de enunciação que permitem largamente a reconstituição das intenções comunicativas que presidem à sua produção, as coordenadas da ‘audiência’ ou ‘destinação’, ou seja, as condições típicas da sua produção e receção.

A Pragmática Histórica e o modelo das Tradições Discursivas enriquecem o estudo do funcionamento textual-discursivo do português medieval, em diversos níveis de análise, facultando a observação de fenómenos de mudança desde a sua fase inicial até à fase de normatização e de estabilização no uso e sua standardização.

Vou tentar ilustrar esse lento movimento de mudança linguística em alguns aspetos da evolução do português medieval e renascentista, focando, nomeadamente:

- o percurso de diversos conectores e sua repercussão na estruturação e construção frásica;
- a evolução, ao longo do período medieval, da dêixis espacial que tenho procurado observar em textos de diferentes tradições discursivas;
- alguns casos de evolução lexical, no mesmo período.

2. Descrição do português medieval e de aspetos da sua evolução

No caso do percurso dos conectores comecei por utilizar um *corpus* constituído pela versão portuguesa de diversos textos jurídicos da legislação de

Afonso X – *Primeyra Partida, Foro Real, Flores de Dereyto, Tempos dos Prey-tos*, editados por J. Azevedo Ferreira, e de alguns outros fragmentos das *Partidas*¹ – todos eles do primeiro período do português medieval. Textos que se integram numa prática discursiva histórica e socioculturalmente determinada – discurso jurídico legislativo – que traduz um sistema deôntico em relação com uma ideologia, com uma mentalidade específica.

Tenho tentado descrever e caracterizar o discurso medieval em português tal como surge concretizado nesse *corpus* representativo, e considerar aspetos de evolução linguística, com destaque para a descrição e explicação de alguns morfemas, relevantes no tipo de textos estudados, que evidenciam derivas formais ou funcionais. Este duplo objetivo releva claramente das duas vertentes, que considero complementares, que se têm afirmado crescentemente na Pragmática Histórica – a que se ocupa da análise da configuração dos discursos nas condições típicas da sua produção e receção e a que se aplica ao estudo da deriva de estruturas ou de elementos – quer se trate de deriva em curso quer de deriva já plenamente consumada.

2.1. Uso/valor semântico e pragmático de alguns conectores

Neste contexto, e no âmbito da história dos conectores em português, analisei sobretudo os contrastivos, mas não deixei de observar outros elementos linguísticos que os textos utilizam de forma persistente, como as correlações de conjunções causais e conclusivas, ou comparativas que fundamentam diferentes estratégias discursivas². Fiz o estudo de alguns destes casos do funcionamento e da evolução diacrónica da língua portuguesa, surpreendidos na análise da configuração estrutural de textos de diversas tradições e de diferentes sincronias do passado³.

¹ Editados por Dias (1995).

² Ver Barros (1994) e Barros (2011).

³ Essa análise foi exposta com maior desenvolvimento na obra –*Versões Portuguesas da Legislação de Afonso X. Estudo Linguístico-discursivo* (Barros, 2010) – mas também em alguns artigos e comunicações anteriores e posteriores a essa data.

A investigação sobre os contrastivos cruza transversalmente diversos temas. Assim, o trabalho sobre derivas semânticas e pragmáticas de conectores adversativos – *mais, porém, contudo, todavia* – integra-se noutro, de âmbito mais alargado, sobre o funcionamento das construções contrastivas em português no período medieval e em sincronias posteriores. Nas análises está sempre presente a perspetiva diacrónica e estabelecimento para cada texto e para cada sincronia um enquadramento teórico de cariz tendencialmente pragmático-discursivo.

O inventário de morfemas que se encontra nos textos jurídicos da legislação de Afonso X é formal e funcionalmente diferente do de outros textos, nomeadamente no caso dos contrastivos que neles apresentam uma elevada frequência em consonância com o cariz argumentativo de muitos segmentos textuais.

2.2. Deriva formal e funcional de alguns conectores que evoluíram para contrastivos

Verifica-se que o uso/valor contrastivo de certos conectores surge e progride, mas pode ser mais ou menos frequente em textos de um mesmo período histórico.

É possível observar nos textos analisados a presença de formas linguísticas entretanto desaparecidas nos estados posteriores da língua portuguesa como os concessivos *pero/pero que* e ainda de morfemas aparentemente análogos aos modernos, mas que evidenciam, na sincronia representada, um funcionamento discursivo específico, ou seja, que manifestam usos semânticos e pragmáticos diferentes dos que irão estabilizar em sincronias posteriores do idioma, sendo possível surpreender a génese de usos que viriam a estabilizar posteriormente na língua como no caso de *por en, toda via e com todo (esso)*. A análise dos atos de discurso predominantes nos textos, com explicitação do uso semântico e pragmático dos conectores discursivos, permite detetar uma deriva formal ou funcional de alguns morfemas. E obter dados de índole inequivocamente diacrónica.

Assim, quando se estudam os contrastivos em Português antigo verifica-se que há formas ainda em processo de gramaticalização. O sistema conjuncional organiza-se a partir de deslocções do sentido gramatical de partículas discursivas de diferente natureza e um dos percursos possíveis é a evolução de morfema conclusivo para o valor contrastivo, por surto de negação. É uma deriva que afetou diversos morfemas como, a título de exemplo, o morfema *por ende/poren*.

2.3. De *por ende* a *porém*: deriva semântica e pragmática

É muito característico do período medieval o uso deste morfema como conclusivo, mas ele não apresenta, ao longo deste período linguístico, um sentido unívoco. Vai adquirindo outro sentido e uma função pragmática diferente – de adversativo, de contra-argumentativo. A coexistência das formas aponta para a gramaticalização em curso da nova função gramatical – a de adversativo –, que veio a substituir o seu significado etimológico. Nos textos jurídicos que analisei ocorrem com frequência exemplos de *poren* em contexto negativo que admitem a leitura adversativa. Podemos observar esse funcionamento no exemplo seguinte, em que é clara uma leitura contra uma expectativa gerada pela existência de uma regra pressuposta:

(1) se o capicol ou o chantre ou o uigayro ferir algũs dos clerigos do coro per rrazõ de seu offizio **nõ** seeria **porende** scomũgado.

(Pr.P., XII, 132-133)⁴

(2) Se algũa molher for uiuuoa que aya senhor auodo ia ou amigo e casar depos morte de seu padre ou de sa madre sen uoontade de seus irmaos **nõ** seya **porẽ** desherdada.

(Fo.R., III, 45-47)

⁴ Neste e nos restantes exemplos, o destaque a negrito é da minha responsabilidade.

(3) e o deuedor nō possa emparar per dizer ca fiador ten del, ca pero que deu fiador **nō é poren** quite da deuida.

(Fo.R., III, 1283-1285)

Estas podem ser das primeiras ocorrências de um uso que surgiu em contextos muito marcados ou específicos.

2.4. A evolução de alguns morfemas contrastivos

Poderemos enquadrar o percurso diacrónico de *por ende* conclusivo a contrastivo se perspetivarmos a noção de contrastivo como ‘contra-conclusivo’ em relação a um princípio geral, de tipo causal ou condicional. Esta perspetiva permite avaliar a afinidade dos raciocínios causais/condicionais-conclusivos com os contrastivos e compreender melhor a evolução de morfemas conclusivos para contrastivos que se observa na história de diversas línguas românicas (caso do espanhol *pero*, do francês *pourtant*, *toutefois* ou do italiano *tuttavia*). Na sua génese, o valor adversativo é portanto de contra-conclusão, de conclusão contra a expectativa, dada a regra geral, e estaria na sua utilização em frase negativa. No caso concreto das construções com *poren* em contexto de negativa, é rigorosamente este o seu funcionamento: existe uma determinação e afirma-se que em determinadas circunstâncias ela não é aplicada.

No primeiro período da língua portuguesa observa-se, assim, um movimento de reestruturação, um fenómeno em fase mais ou menos adiantada de gramaticalização de diversos conectores em que se pode ainda perceber um conteúdo semântico de partida que deu origem às funções gramaticais que foram adquirindo. A evolução de *porém* não é um caso isolado. Também no caso dos conectores *toda via* e *com todo esto*, parece possível determinar um processo regular, orientado numa direção, seguindo tendências gerais e sistemáticas de evolução em que as formas ficam mais estratificadas, como se observa nos exemplos seguintes:

(4) E **como quer que** os bispos cada hũ tenha logar de Ihesu Cristo e seia sseu vigayro ssobre aqueles que ssom dados en seu bispado por auer poder de legar

e de ssoluer, **cõ todo esso** o apostoligo he vigairo de Nostro Senhor Ihesu Cristo assynaadamẽte en todo o mũdo.

(Pr.P., VIII, 96-101)

(5) E **como quer que** saluarsse podesse o homẽ, pero nõ fezesse tal uoto come este, **cõ todo eso** teudo he de o gardar des que o fezer.

(Pr.P., XI, 43-45)

(6) **Pero** diz ena ley ante desta que ante deue o homẽ a dar a esmolla ao cristão que hao outro que ffosse doutra ley, **con todo esso** tã grande foy o bẽ da Eygreia mouẽdosse per rrazõ de piadade que solueo esta duuyda

(Pr.P., XXVI, 219-223)

Podemos estabelecer três momentos neste processo: primeiro, um item lexical tem um sentido baseado numa situação mais ou menos objetiva como *todo/ toda, ende, esto, via*; em seguida, passa a ser elemento da coesão textual, por exemplo como retoma de elemento anterior, por anáfora, como acontece com *com todo esso, por ende, toda via*; e, finalmente, esses elementos linguísticos passam a exprimir o ponto de vista do Locutor em relação ao que diz, os sentidos tendem a tornar-se progressivamente situados na opinião subjetiva ou na atitude do locutor em relação à situação (cf. Hopper/Traugott, 2003: 154).

No caso dos morfemas em questão – *com todo esso, toda via e por en* – eles surgem num cenário em que o elemento que introduzem não seria previsível e observa-se que marcam a expressão de reserva em relação ao argumento anterior e a afirmação de direção argumentativa diferente e contra-expectativa. Os morfemas integram, portanto, uma estratégia argumentativa, o seu conteúdo semântico de partida esbate-se, estabilizando-se numa função pragmática de contra-argumentação.

Os contrastivos figuram no texto como fratura de coerência e como uma reformulação da orientação do discurso. Enquanto nas correlações com morfemas causais e conclusivos as causais são a instanciação de uma regra universal que em princípio se verifica, as contrastivas constituem a reformulação de uma regra, pela afirmação de casos em que ela não se verifica, dando-se um alargamento de circunstâncias em relação ao que estava previsto na regra.

Assim, o elemento linguístico que serve de base aos conectores contrastivos tem significado objetivo de valorização axiológica positiva, de reconhecimento de um grau elevado, e aponta para significados objetivos que se relacionam com a ideia de ‘limite’, de quantificação universal. É o que se passa com o anafórico *todo* presente na gênese dos dois adversativos do português *todavia* e *contudo*, com formas análogas também em outras línguas românicas.

Numa segunda fase, procurei alargar o âmbito do *corpus* analisado a textos de um período posterior e de uma diferente tradição discursiva, no sentido de tentar traçar as linhas da estabilização dos novos usos destes morfemas. Dada a sua maior frequência de utilização, segui o percurso de *porém* e de *contudo*.

2.4.1. *Comportamento discursivo de porém e de com tudo no Leal Conselheiro*

A análise do *Leal Conselheiro*, obra do século XV e de cariz literário e filosófico, revela que a mesma forma funciona já inequivocamente como operador de inversão da direção argumentativa, como é característico das conjunções adversativas. É ainda predominante o valor causal-conclusivo equivalente ao de ‘por isso’, ‘por causa disso’. Ocorre frequentemente (em cerca de um terço das ocorrências) na forma *e porém*, introduzindo a sequência terminal de uma explicação, como se pode ver no seguinte exemplo:

(7) Dos ovos pera esto nom ha regla certa porque a hũus aproveita e a outros empece. E **porém** cada hũu huse de os comer como se deles sentir. (L.C., cap. C, Do regimento do estamago)

Mas também apresenta o sentido contrastivo, em frase afirmativa, num uso já moderno, de que só detetei três ocorrências. Veja-se o exemplo (8), em que a direção argumentativa dos predicados introduzidos é claramente oposta: “podem matar, ferir e roubar (...) husando **porém** de piedade quanto mais poderem”:

(8) Ca em este caso aos outros do seu reyno, a que perteece de o em ella [justa guerra] servir, nom convem mais scoldrinhar, mas sem embargo podem matar, ferir e roubar, segundo per seu rey e senhor for ordenado. Ca esto todo he per todos dereito determynado, que os que teem officio de defensores o devem fazer, husando **porem** de piedade quanto mais poderem, com reguardo de seu serviço, naqueles casos que per boons confessores e leterados nos for determinado
(L.C., cap. XVII, Do hodyo)

Também no exemplo (9) existe instanciação particular em que o princípio geral não se efetiva:

(9) Segunda he dos jejūs que por special devaçom se guardom, os quaaes, ainda que nom assy como aos primeiros sejam obrigados, **porende** as speriencias bem demostram como a nosso senhor deles praz, per cujo emxemplo aquelles da cidade de Nyve foram salvos da sentença de sua destruyçom
(L.C., cap. XXXIII, Da diferença dos jejūs)

Encontra-se também no texto do *Leal Conselheiro* o uso contrastivo de *com todo esto/ com todo*:

(10) Ca ouverom grandes dignydades, muytas riquezas, forças em os corpos e **com todo esto** foram muyto achegados a deos
(L.C., cap. RI, Sobre a deferença dos estados)

(11) E antre as muytas vyrtudes que ouve este virtuoso conde, desta foy sempre muy louvado: que era tam circonspecto em todo que ouvesse de fazer que nom podia com razom em myngua de avysamento e boo percebimento seer com dereito e verdade prasmado. E **com todo** tal avysamento e receo do que acontecer lhe podia, era nos medos e pellejas tam seguro e sem temor pera soportar e cometer que outro mais nom poderia seer achado
(L.C., cap. LIII Doutros speciaaes avisamentos sobre a prudencia)

Na análise de ocorrências em *corpus* do século XVI nota-se que este conector, agora já na forma *com tudo*⁵, funciona inequivocamente como opera-

⁵ Por um efeito de metáfora alguns pronomes acabaram, no Português clássico, por tomar uma forma diferente, evoluindo neste caso de *todo* para *tudo*.

dor de inversão da direção argumentativa, mas permanece não aglutinado, o que denuncia um processo recente de gramaticalização e a conservação do hábito de representação gráfica. De facto, esse processo de gramaticalização da expressão parece estar concluído neste período como pode observar-se nos seguintes exemplos do discurso expositivo gramatical da *Gramática da Língua Portuguesa* de Fernão de Oliveira, de 1536:

(12) E agora quando a cada vogal quasi muda sua voz: não diremos logo que temos as mesmas letras: nem tantas como os latinos: mas temos tantas figuras com”elles: & quasi as mesmas ou imitação dellas. E **com tudo** nam deixa d’ aver falta nesta parte porque as nossas vozes requerem que tenhamos trinta & duas: ou trinta & tres letras.

(06, 11, 12-18)

(13) E se assi e verdade que os gregos com os latinos: & os ebraycos cõ os arabigos e nos com os castellanos que somos mais vezinhos cõcorremos muitas vezes em hũas mesmas vozes e letras: & **cõ tudo** não tanto que não fique algũa particularidade a cada hũu por si hũa so voz & com as mesmas letras

(07, 12, 5-11)

(14) Que diz som. He o mui nobre johã de Barros & a rezão que da por si e esta: que de som. mais perto vê a formaçã do seu plural o qual diz somos. **com tudo** sendo eu moço pequeno fui criado em são domingos D’euora onde fazião zõbaria de mÿ os da terra porque o eu assi pronũciaua segũdo que o aprendera na beira

(47, 71, 21 – 72, 2)

No exemplo (14), no morfema *com tudo*, *tudo* tem ainda, em parte, o valor adverbial anafórico, de retoma resumptiva de argumentos anteriores, nomeadamente o prestígio do “mui nobre João de Barros” e o seu argumento baseado numa regularidade paradigmática e flexional. No entanto, tais argumentos não são considerados suficientes pelo Locutor para anular o contra-argumento que passa a expor – o do evidente desprestígio da variável.

O adversativo *contudo* tem agora sempre um funcionamento de contrastivo, introduzindo contra-argumentação, sentido análogo ao que foi detetado, só esporadicamente, para *com todo esto/com todo* nos textos dos séculos XIII, XIV e XV.

2.4.2. Usos dos conectores e tipologia dos textos

A observação e análise, em textos de diferentes tradições discursivas, de alguns morfemas que se fixaram como contrastivos ao longo da história do português, permitiu-me estabelecer uma cronologia do processo de gramaticalização de alguns contrastivos em português. Este estudo, embora ainda em progresso, permite ver que é nos séculos de XIII a XV que se desenvolve esse processo, verificando-se ainda a coexistência de valores dos conectores ao longo do período medieval. Verifica-se também que o uso de *porém* como contrastivo ocorre com maior frequência nos textos legislativos e não se encontra, na mesma época, nem nos textos notariais (ver Maia, 1986) nem nos apologéticos (ver Mattos e Silva, 1989) onde continua a ter valor causal/explicativo. O texto argumentativo parece ter favorecido o novo uso, que poderá estar ausente em textos de outro tipo. Logo, há razões para crer que a gênese de novos usos está intrinsecamente ligada à ocorrência em determinados contextos e a uma tradição discursiva particular.

Como vimos, encontra-se ainda no *Leal Conselheiro*, texto do século XV, o valor conclusivo de *porém* em raciocínios de tipo causal-explicativo, mas encontramos já também o contrastivo *porém* no seu uso moderno, em contexto de negação (como ocorre em textos mais antigos de cariz argumentativo), mas agora também em frase afirmativa, evidenciando o uso moderno já em fase de estabilização.

Creio que este tipo de abordagem é relevante por estabelecer parâmetros de evolução dos contrastivos em diversas tradições discursivas, relacionando o percurso dos conectores com a tipologia dos textos. Esta metodologia pode ter interesse para a descrição e história do português, sem esquecer que há aspetos comuns a outras línguas românicas, com fenómenos de evolução análogos, que no entanto poderão não se dar, nas diferentes línguas, nem com a mesma frequência, nem exatamente no mesmo período, nem no mesmo tipo de textos. Na comparação com textos de diversas tradições discursivas e de diferentes sincronias descobre-se que eventualmente terá surgido em texto argumentativo e deteta-se a extensão de uso e a cronologia da evolução.

Podemos concluir que a análise do funcionamento destes morfemas numa sincronia do passado poderá, sem dúvida, dar informações sobre a tendên-

cia da sua evolução diacrónica. A interseção destes dois aspetos parece ser fecunda para a análise de *corpora* de textos do passado, porque esclarece algumas estruturas e formas específicas de um estado histórico e simultaneamente dá conta de aspetos da sua evolução.

2.5. A estrutura da frase no português medieval

Em relação com estas vertentes da história dos conectores discursivos analisados na perspetiva da Pragmática Histórica, gostaria de aludir, de modo mais breve, a aspetos da organização sintática e textual específicos dos textos medievais, no âmbito de uma possível perspetivação da evolução diacrónica das formas sintáticas e textuais/discursivas.

Analisei, nomeadamente, a elevada frequência de uso de morfemas em correlação – que parece constituir uma forma típica, nos textos medievais, de traduzir ligações entre orações – e a presença de fenómenos de inversão da ordem dos constituintes da frase. Trata-se de aspetos que têm nítidas implicações de âmbito discursivo, porque configuram fenómenos de topicalização e de focalização que se repercutem nos mecanismos de retoma e progressão da informação no texto.

Os exemplos (4), (5) e (6) – apresentados no ponto 2.4, sobre a evolução de alguns morfemas contrastivos – ilustram uma típica correlação entre conectores concessivos e adversativos. A construção correlativa é particularmente relevante no caso dos morfemas contrastivos. Nas construções correlativas existe sempre um movimento de reformulação de um princípio geral pressuposto, mas que é explicitado, e esse princípio conduz a uma conclusão que se orienta no mesmo sentido, nas correlações causais-conclusivas e, num sentido diverso, nas concessivas-adversativas. Este fenómeno tem também alguma incidência na questão da evolução de morfemas conclusivos para contrastivos. É numa estratégia global de organização do discurso que se integram as correlações que apresentam, no seu segundo membro, morfemas conclusivos em enunciado negativo que evoluem para *contra-conclusivos*, ou seja adversativos.

Nos textos portugueses medievais observam-se, além da parataxe e justaposição de predicados, novas formas de organização dos enunciados, com explicitude de mecanismos introdutórios. A elevada frequência de morfemas em correlação no português medieval explica-se como uma forma específica de construção, observável em textos desse período da língua, que se afasta não só da anterior fase de predomínio de parataxe com polissíndeto como também das formas de subordinação que irá apresentar o português nas sincronias posteriores, incluindo as que mais imediatamente seguem este período, em que já se encontram exemplos de sintaxe com elaborada hierarquização de predicados, tendência que se acentua consideravelmente ao longo do século XVI.

As estruturas que apresentam morfemas em correlação, para além de constituírem novas combinatórias sintáticas, correspondem a estratégias discursivas específicas. A especificidade histórica manifesta-se, portanto, nas estruturas em que existem traços característicos, quer pela sua diferença formal, quer pelo seu funcionamento nos movimentos de retoma e de progressão da informação no texto. O uso de morfemas em correlação denota o enriquecimento progressivo não só do inventário de morfemas com funções relacionais, mas também das possibilidades combinatórias entre eles (cf. Barros, 2010: 548-557).

Estas construções surgem em textos de diferentes tradições, observando-se uma relativa disseminação da sua ocorrência, sem que me tenha sido possível detetar, até ao momento, um predomínio destes mecanismos de correlação em textos de algum tipo em particular.

3. A *dêixis* espacial no português medieval e tendências da sua evolução

Um outro aspeto do estudo da história do português medieval que ganha em ser analisado em textos de diferentes tradições discursivas é o da evolução da estrutura dos deíticos espaciais ao longo do referido período.

A cronologia desta evolução é um tópico que ganhou visibilidade desde o trabalho de Teyssier (1981) sobre o tema. Na sequência da leitura deste tão

completo e sugestivo estudo procurei alargar a análise aí presente e comparar dados de um *corpus* do 1.º período medieval, maioritariamente de textos jurídicos, com outros textos posteriores dos séculos XV e XVI, tentando precisar o marco cronológico da estabilização dos deíticos espaciais, pela evolução de um sistema predominantemente binário para ternário. Passo a expor, portanto, uma análise da evolução do sistema da dêixis espacial do português, através da observação de textos de diferentes tradições discursivas, numa tentativa de dar um contributo para precisar a cronologia da sua evolução.

A partir das formas latinas originárias, o sistema dos deíticos pronominais e adverbiais refaz-se, sendo o português uma das línguas românicas que conservam a organização em três graus de proximidade da situação de enunciação, enquanto outras, como o romeno ou o francês, apresentam apenas duas dimensões de proximidade (Matos/Muidine, 1997: 214).

No período medieval tardio, o Português apresenta já eventualmente um sistema em três dimensões com formas específicas. Este sistema foi objeto de algumas descrições, que partem sempre de um *corpus* relativamente restrito de textos. Teyssier (1981) refere o sistema do português antigo, nomeadamente o do século XV, a partir do estudo da *Crónica de D. Pedro* e analisa a sua evolução para o sistema observado no século XVI, que descreve baseando-se sobretudo na análise da obra de Gil Vicente. Outros autores se debruçaram sobre este tema como Matos e Muidine (1997) que estudam o desaparecimento de *acó* e de *aló*. Mattos e Silva (2008) retoma a sua proposta de 1983, baseada na análise de um texto apologético e filosófico, *Diálogos de S. Gregório*. É também importante o contributo do estudo de Álvarez e Xove (2008), mas é de notar que tem sobretudo uma dimensão moderna, sincrónica e dialetal.

O estudo que aqui apresento contempla dois intervalos cronológicos, abrangendo os séculos XIII-XIV, e XV-XVI. Utilizei textos de amostras quantitativamente comparáveis, incluindo textos literários e não-literários, mas tentando evitar a subordinação da história da língua ao estudo de grandes obras literárias, como recomenda Company (2014). Esta análise tem como objetivo relacionar a tipologia dos textos com as inovações na configuração do sistema dos deíticos, tentando determinar em que tipo de tradição discursiva se observa melhor a progressiva diminuição da frequência de formas como

acó/aló e *acá/alá*, em confronto com a conservação das formas *aqui/ali* e a frequência crescente da sua utilização. Também se revelou fundamental a observação dos usos da forma *hi* com o aumento da sua ocorrência na construção *há hi*, de utilização progressivamente mais frequente, que prenuncia o aparecimento da forma adverbial *aí*. No período mais ou menos extenso de coexistência de formas, em que há sempre ajustes lentos e graduais, é importante observar quando e em que tipo de textos ocorrem pequenas fraturas e a frequência com que se apresentam as formas mais conservadoras ou mais inovadoras.

O sistema dos deíticos atinge, provavelmente ao longo do século XVI, a forma que irá conservar até aos nossos dias, em que *cá* e *lá* e *aqui* e *ali* surgem já claramente como adverbiais, bem como *aí*, com provável origem no anafórico *hi*. A evolução apresenta sempre uma constante transformação que se insere na continuidade e de que nos apercebemos pela observação dos dados de cada sincronia e de sincronias sucessivas. Nos casos de coexistência de formas, considere o aumento de frequência relativa das formas como um indicador da sua vitalidade, e a diminuição da frequência de algumas formas tradicionais como sinal de decadência de uso.

Há, na história do português, a evolução de um sistema predominantemente binário para ternário. A questão central a equacionar neste domínio consiste em estabelecer quais os primeiros textos em que o sistema moderno aparece estabilizado com abandono das formas especificamente medievais.

3.1. A estrutura da *dêixis* espacial no português medieval do 1.º período

No primeiro período da língua portuguesa a estrutura da *dêixis* espacial parte sem dúvida de um sistema binário:

esto/aquesto	aquele
aqui	ali
acó	aló
acá	alá

Não está aqui integrada a forma *hi*, embora seja muito frequente em textos deste período, porque não tem ainda função deítica: o seu valor é anafórico. Dois valores que virão a coexistir no sistema moderno. Outros deíticos, como *alá* e *lá*, podem já apresentar também um valor de retoma anafórica como se vê no exemplo sugestivo de uma conhecida cantiga de Romaria de Pero de Viviaez:

(13) Pois nossas madres **van a San Simón**
de Val de Prados candeas queimar
nós, as meninas, punhemos d'andar
con nossas madres, e elas entón
queimen candeas por nós e por si,
e nós, meninas, **bailaremos i.**
Nossos amigos todos **lá irán**
por nos veer e andaremos nós
bailand'ant'eles, fremosas, en cos,
e nossas madres, pois que **alá van,**
queimen candeas por nós e por si,
e nós, meninas, **bailaremos i.**

Alá e *lá* indicam geralmente direção e são usados com verbos de movimento. No texto referem anaforicamente *San Simon de Val de Prados*.

Os pares *acó/aló* e *acá/alá*, embora surjam ainda com alguma frequência na tradição da poesia trovadoresca, estão já em declínio, como comprova o escasso número de ocorrências patente quer nos textos jurídicos que analisei, quer no texto *Diálogos de São Gregório* analisado por Mattos e Silva (1989 e 2008): esta autora regista apenas uma ocorrência de *acó* e de *acá*; no que toca ao par *aló/alá* é registada uma ocorrência de *aló* e quatro de *alá*, face a 53 ocorrências de *aqui* e 94 de *ali*⁶; é também muito frequente o uso do anafórico *hi* (131ocorrências).

⁶ O objeto de análise de Matos e Muidine (1997) é precisamente a diminuição de uso de *acó* e de *aló*, além da explicação da sua origem, partindo dos textos analisados por Mattos e Silva, Teyssier e Álvarez.

É de notar também, neste texto do século XIV, a frequência elevada do uso de *este* (755)/*aqueste* (297) e de *aquele* (1359), enquanto *esse* é mais raro (61) e quase sempre anafórico. Nos textos jurídicos dos séculos XIII-XIV que analisei, encontro uma situação análoga à observada por Mattos e Silva. As percentagens divergem ligeiramente nos três textos analisados exaustivamente – *Foro Real*, *Flores de Dereyto* e *Primeira Partida*. Os quadros abaixo esquematizam as respetivas ocorrências.

No texto do *Foro Real*:

este(s) 41 esto 53 esta(s) 56	150	esse 1 essa 10 esso 5	16	aquel (es) 252 aquella(s) 47 aquello 48	347
aqueste(s) 3 aquesto 3					
aqui 3		hi 2		aly 5 ala 1	

No texto das *Flores de Dereyto* encontram-se as seguintes ocorrências:

este(s) 30 esto 7 esta(s) 43	80	esse 1 esso 2		aquel (es) 62 aquella(s) 26 aquello 5	93
aqueste(s) 3					
aqui 2		hi 1		aly 1	

Nestes dois textos a frequência de *esso* e *esse* é claramente menos elevada do que a observada para *este/esto* e *aquel /aquele*. Os pares *acó/aló* e *acá/alá* estão já em declínio, como comprova o escasso número de ocorrências: apenas uma única ocorrência de *ala* no *Foro Real*.

No texto da *Primeyra Partida* verificam-se as seguintes ocorrências:

este 542 esto 649 isto 29 esta 269	1489	esso 10 (por esso 85) (esso mesmo 84) 206 ⁷ esse 7 isso 14 essa 6 (essa mesma 3)	aquel aquelle (s) aquela (s) aquillo 2	1399
aquesto 6 aqueste 11 aquisto 2 aquestes 2 aquesta 1 aquestas 5	27			
aqui	33	hi 8 hy 296 (hy ha 62; ha hy 56)	ali 7 aly 16 ala 20	23

Vemos que neste texto, muito mais extenso, da *Primeyra Partida*, se confirmam as tendências de frequência já observadas, sem se registarem usos de *acó/acá* nem de *aló* e observando-se apenas vinte ocorrências de *ala*⁸. A frequência de *hy* é muito elevada: é usado como anafórico e também frequentemente na construção com o verbo *haver* – *hy haver/haver hy*. Embora não seja comparável com a frequência de *este/esta* nem com a de *aquele/aquela*, o deíctico *esso/essa* apresenta frequência significativa e surge também reforçado muitas vezes pelo identificativo *mesmo/mesma* – *esso meesmo/essa mesma*.

Os dados dos textos jurídicos do português antigo confirmam os dados estatísticos avançados por Paul Teyssier para o português desse período com base na análise do texto *Diálogos de S. Gregório*, do século XIV.

⁷ De notar que não são representativas, para este estudo, as 85 ocorrências de *esso* no conector conclusivo *por esso*.

⁸ *Acó* e *aló*, bem como *acá* e *alá* irão sobreviver em formas diversificadas. No português moderno, na oposição binária *cá/lá*. Mas no galego moderno observa-se conservação destas formas e uma diversidade de ordem diatópica: são usadas as formas *acó/aló* nas regiões mais a norte e as formas *acá/alá* nas regiões mais a sul, de Ponte Vedra ou Ourense. Em distribuição dialetal como observam Álvarez e Xove (2008).

3.2. A evolução da dêixis espacial nos séculos XV e XVI

Nos textos do século XV o sistema binário parece já não estar a ser utilizado, como também refere Teyssier, baseando-se nos dados da análise do texto da *Crónica de D. Pedro* de Fernão Lopes. Procedi à análise do *Leal Conselheiro*, um texto também do século XV e igualmente em prosa, mas de uma tradição diferente. De acordo com os dados observados nesse texto, *aqui* e *ali* são muito mais frequentes e designam um espaço pontual; *acó/aló* indicam igualmente um espaço pontual, mas são mais raros; *acá/alá*, que não são muito frequentes, indicam zonas extensivas e direções.

A evolução para o sistema ternário, no caso dos advérbios de lugar, passa então pela evolução do anafórico *hi* para um uso dêítico. O sistema binário já não se observa no século XV, em que surgem ocorrências mais ou menos incipientes de *esse*, *esso* e também do anafórico *hi*, sobretudo na construção *bá hi*. Teyssier não encontra essa transição no *corpus* analisado do século XV (o texto da *Crónica de D. Pedro*). Mas refere que no caso de se encontrar uma ocorrência de *hi* não tão claramente anafórico, esse seria o ‘salto’ que faria de *hi* o terceiro termo da micro estrutura *aqui/bi/ali*⁹. Em relação ao uso de *hi* no século XV, encontrei no *Leal Conselheiro* uma situação análoga: *hi* surge como anafórico, quase sempre com o verbo *haver*. Das 18 ocorrências de *hi* no *Leal Conselheiro*, 17 são da estrutura *haver hi*. Podemos ver alguns exemplos:

(14) E sse pode aver cobro, boa sperança, e contra as cousas grandes e fortes, grande e boo atrevimento. **Outras tres ha hi em contra:** Filhando desordenada sanha ou tristeza onde nom ha cobro nem corregimento.

(L.C., cap. VI Doutra declaraçom que faço sobre as voontades)

(15) E de todallas cousas que som fremosas **nom ha hi outra que o mais seja** que hũa igualdança de toda a vyda. E esso meesmo das obras syngullares

(L.C., cap.LVIII Dos speciaaes notados do livro)

⁹ Cf. Teyssier (1981: 24): «Il est parfaitement possible que ce “saut” se soit produit à l’époque de Fernão Lopes, et même avant, et que seul les limites de notre corpus nous aient empêché de le constater».

(16) E enquanto [se] sentir empachado de ssobegidõe de vyanda, nunca coima outra nehãa pera o correger, por que **nom ha hi melhor meezy nha** que sofrer tanto o comer que elle per sy se correga, cobrindosse e aqueentandosse em razoada maneira, segundo o tempo for.

(L.C., cap.C Do regimento do estâmagô)

Na análise das ocorrências de *hi*, observa-se um caso em particular em que a função de deítico ou de anafórico fica em dúvida:

(17) E mais saberom cantar as missas que ham de dizer, e leerlas, e registrar o livro, **posto que hi nom estê outro capellam** que o faça.

(L.C., cap. LRVI Do rregimento que se deve teer na capeella pera seer bem regida)

De facto, se o antecedente for ‘capeella’, que é o assunto do capítulo em questão, trata-se de um uso anafórico. Mas se designar agora um espaço nocional mais geral, será deítico; note-se que esta ocorrência de *hi* permite uma leitura moderna com *aí*.

Teyssier diz do demonstrativo *esse* que tem uso incipiente no século XV, o que é evidente nas percentagens encontradas na *Crónica de D. Pedro* (Teyssier, 1981: 20). Trata-se sobretudo de empregos como anafórico simples. O valor de anafórico é sublinhado pela repetição do nome anteriormente mencionado. Noutros casos, o valor anafórico é reforçado por *mesmo*, sendo de regra no caso do neutro *esso*, na forma *esso meesmo*. Surge uma única ocorrência de *esso medês* sinónimo de *mesmo*.

Como está patente na tabela seguinte, no *Leal Conselheiro*, das 36 ocorrências de *esso* que detetei, cinco surgem com *mesmo*, enquanto 23 ocorrem com *medês*; *esso* sozinho só ocorre uma vez, na construção: *som esso que parecem*. As restantes sete ocorrências são do morfema *por esso* (5)/*por isso* (2).

este(s) 180/esto 136 = 316 aqueste(s) 23 esta(s) 408 isto aquesto 69	esso 36 (<i>esso medês</i> 23) (<i>esso mesmo</i> 5) (<i>por esso</i> 5) (<i>por isso</i> 2) esso 1	aquel (es) 153 309 aquella(s) 156
aquy 31 (aqui 3) 34	hi 18	ally 14 (aly 2) 16

Uma das ocorrências específicas de *esso* é um uso complexo com forte reforço do valor anafórico:

(18) Da enveja vem desprazer das advantageens ou igualanças por nosso respeito que veemos em outrem, e prazimento de sseus malles, perdas e abatmentos **E aqesto esso medês se filha** per outras tres partes como a ssoberva e vãa gloria, scilicet das virtudes, cousas meããs e dos malles

(L.C., cap. XV Da enveja)

Da análise das formas no texto do *Leal Conselheiro* parece possível chegar à conclusão que o século XV é um momento de charneira, hipótese que terá que ser confirmada pela análise de mais textos e de outras tradições discursivas. No *Leal Conselheiro* o sistema binário já evolui para ternário pela emergência, embora ainda minoritária, de outras formas, nomeadamente (*há*) *bi* e *esso(a)(s)*. E verifica-se que *aí* e *esse/isso* têm origem em usos anafóricos, nomeadamente no anafórico *bi* e no identificativo *ipse*.

Na história do português há, como vimos, uma evolução de um sistema predominantemente binário para ternário. A evolução também está associada e é marcada pelo facto de o português medieval possuir palavras específicas para traduzir a anáfora, algo que não se verifica no português moderno, que não tem morfemas exclusivamente anafóricos; de facto, observa-se uma alternância no uso e os mesmos termos, adverbiais e demonstrativos, funcionam por vezes como deíticos e por vezes como anafóricos. Uma variação que também se verifica quando aplicada à dimensão temporal e nocional.

Este movimento de transição da dêixis pura para anáfora (e vice-versa) poderá explicar a evolução diacrónica na história dos deíticos do português. Por relações de vizinhança, os identificativos evoluíram para anafóricos e para deíticos, como por exemplo: *ipsum* (= *esse mesmo*) para *esso*. *Esse* e *aí* combinam os sentidos herdados do seu passado de anafóricos com outros sentidos resultantes do seu novo valor de deíticos de 2.^a pessoa. A análise textual-discursiva em unidades mais vastas permite distinguir o uso deítico do uso anafórico com retoma de elemento do discurso anterior.

A estrutura com o sistema ternário será norma a partir do século XVI. O Português europeu conserva a estrutura ternária desde o século XVI ou um pouco antes.

Sistema ternário

este/isto	esse/isso	aquele/aquilo
<i>aqueste (a)(s)</i>	<i>aquesse</i>	<i>aquale</i>
aqui	aí	ali
	<i>hi</i>	
cá		lá

Como vimos, Teyssier encontra já um sistema ternário, no século XVI, com alguns usos residuais de *aqueste(s)/aquesta*, *aquesse* e de *hi*. Não podemos esquecer que o *corpus* utilizado por Teyssier para o século XVI é o dos textos de Gil Vicente em que se observa uma múltipla variação diatópica e diastrática, o que permite observar a coexistência de usos e a sobrevivência de formas tradicionais eventualmente já pouco utilizadas.

No *corpus* em prosa do século XVI que analisei¹⁰ – um texto de cariz narrativo, uma crónica e um texto assertivo/prescritivo (um catecismo do início do século) –, também se observa que o uso de *esse* e de *aí* (1,8%) é ainda minoritário face ao de *aquale/ali* (15%) e sobretudo em comparação com os usos de *este/aqui* (83%).

Encontrei na *Crónica dos Reis de Bisnaga*, do século XVI (sd), a seguinte distribuição das ocorrências:

este 224		esse 3		aquale 47 (aquele 1)
esta 225	644	essa 2	14	aquella 32 116
estes100		esses 3		aquelles 29 (aqueles 1)
estas 95		isso 6		aquellas 6
aquy 31 (aqui 2)	33	ahi 8 (ah 4)	12	aly 36 (ali 3) 39
cá 4				lá 10

¹⁰ Textos do século XVI disponíveis no CIPM (*Corpus Informatizado do Português Medieval*): CRB – *Chronica dos Reis de Bisnaga* (sd), a partir de Lopes (1897); Cat.- *Catecismo* (1504), in Silva (2001). (Edição digitalizada cedida pela editora).

No *Catecismo* de 1504 a distribuição é a seguinte:

este 101 esta 80 242 estes 21 estas 37 isto 3		isso (mesmo) 10	aquelle 22 aquella 12 62 aquelles 20 aquellas 8
aqui 5 cá		hy 3	ali lá

Este é já o sistema que se vai manter até ao português moderno¹¹, na norma do português europeu¹².

4. Análise de aspetos de inovação lexical no português medieval

A abordagem pragmática histórica pode também ser aplicada à análise da evolução das formas lexicais no estudo de diversos tipos de textos, porque nos leva a refletir sobre o contributo que a história das formas textuais poderá ter para a compreensão do enriquecimento lexical e das mudanças de uso dos neologismos em diferentes períodos da história de uma língua. É possível surpreender a entrada de lexemas na língua no decurso da análise de tipos específicos de textos onde a génese da sua utilização se torna evidente.

No *corpus* de textos jurídicos medievais que analisei surgem alguns casos de inovação lexical na história do português, por empréstimo de termos latinos. Estes termos, pertencendo à partida a um domínio concreto, o da linguagem técnica do direito, processual ou canónico, virão a integrar-se, em estádios posteriores, na língua portuguesa culta (e até corrente) e conservam-se na terminologia jurídica moderna. Trata-se de uma definição/delimitação concetual, tendo como ponto de partida um conceito introduzido “en languagẽ” já devidamente definido e explicitado, a que é atribuído um ‘nome’ em latim.

¹¹ No português moderno existe também *acolá*. Mas *acolá* tem restrições: é de uso oral e exige a presença de um contexto situacional.

¹² A norma do PB é um sistema binário. Usos como: *Esse aqui* comprovam o esbater da fronteira entre *este* e *esse* e entre *aqui* e *aí*. Os advérbios *cá* e *lá* mantêm a estrutura binária.

São, portanto, segmentos meta-discursivos. Nestes processos de introdução de neologismos, o Locutor estabelece uma correlação de identidade entre dois termos pondo em relação o vernáculo e o latim, e em alguns casos de inovação lexical por importação de vocábulo latino é mesmo possível encontrar uma dimensão metalinguística e um discurso justificativo desse procedimento.

O uso de termos inovadores, alguns de utilização recente no idioma, é muito elevado em momentos específicos dos textos deste *corpus*, nomeadamente em segmentos em que o desenvolvimento do texto de uma lei considera a eventualidade de ocorrência de circunstâncias diferentes, que motivam acréscimos às designações legislativas antes formuladas, e ainda em segmentos em que a competente gestão do discurso conduz o Locutor a tentar antecipar e prevenir dificuldades de apreensão do sentido. Estes neologismos inserem-se portanto em diferentes estratégias discursivas.

Observando alguns exemplos:

(19) Eslição en latĩ tanto quer dizer en rremãço como scolimêto

(Pr.P., VIII, 470)

(20) Scrutinio chamã en latĩ a primeyra maneyra da eslição que quer tanto dizer en linguagẽ como scodrinhamêto

(Pr.P., VIII, 510)

(21) Honestidade quer tanto dizer en latĩ come conprimêto de boos costumes pera ffazer homẽ bõa vida

(Pr.P., IX, 881-882)

(22) Negligêça tanto quer dizer en latĩ como quãdo homẽ leixa de fazer o que deue e o pode fazer nõ parãdo en elle mêtes.

(Pr.P., XIX, 215-216)

(23) som chamadas en latĩ «liquides» que quer tâto dizer como correntes.

(Pr.P., XXII, 40-41)

Estes casos de importação de termos latinos pelo português constituem o início, muito precoce, de um processo que se alargará no Renascimento. Recorde-se que se trata de textos jurídicos dos séculos XIII-XIV, que inaugu-

ram em língua portuguesa uma determinada tradição de escrita. Têm marcada influência na evolução das formas linguísticas, a todos os níveis. Esta introdução de terminologia constitui um domínio de particular significado no todo do discurso legislativo expositivo, numa vertente doutrinal, já que as terminologias conferem ao discurso legislativo uma feição técnica, que está aí ao serviço do rigor.

A introdução precoce destes neologismos latinos tem como resultado um evidente enriquecimento do léxico. Recorde-se que se trata de textos jurídicos iniciais que inauguram em língua portuguesa uma determinada tradição de escrita. Têm marcada influência na evolução das formas linguísticas, a todos os níveis: surgem novas conjunções, novas fraseologias, novas estruturas e inovações lexicais.

Não se pode esquecer que a análise das diferentes dimensões linguístico-discursivas destes textos nos informa acerca das ‘possibilidades’ linguísticas deste período. A necessidade de traduzir conteúdos por vezes de grande subtilidade, como acontece, por exemplo, no recorte de noções, na definição de termos e na formulação ajustada e rigorosa de determinações legislativas, poderá explicar a competente utilização dos recursos disponíveis na língua e a exploração adequada de modos de organização discursiva.

4.1. Empréstimos de termos latinos no *Leal Conselheiro*

Pode também observar-se uma tentativa de precisar conceitos e de introduzir terminologia no *Leal Conselheiro*, de D. Duarte, que pertence a uma tradição discursiva diferente e a um período mais tardio (século XV). Creio que, no caso deste texto, o uso de latinismos pode ser encarado como um preenchimento de insuficiências semânticas no léxico da época, sobretudo na formulação de conceitos. Sendo o texto de pendor literário e filosófico, a introdução de neologismos faz parte de uma ação refletida, consciente, bem explicitada por vezes no comentário metalinguístico que acompanha a sua introdução.

É evidente a necessidade de exprimir conteúdos de grande subtilidade, como acontece no recorte de noções, na definição de termos e na formulação ajus-

tada e rigorosa de conceitos próprios da uma linguagem mais abstrata. Encontram-se ‘traduções’ com carácter definitório e um objetivo de inovação lexical tendente à criação de um vocabulário da linguagem elaborada. Este processo de ‘tradução’ é mesmo definido no texto como uma atividade de “abryr a intelligencia das cousas”.

Está presente neste texto uma preocupação de rigor com o modo de escrever de forma mais ou menos próxima do latim, como se pode observar no seguinte passo do capítulo XCIX em que se reconhece a possibilidade de existência, em quem escreve, de dois ‘gostos’ diferentes, um mais próximo do Latim e outro menos literal:

(24) scripto ao pee da letera, que chamam os leterados “a contexto”, o qual a algũs nom muyto praz, por seer scripto na maneira latinada
(L.C., cap. XCIX Da maneira pera bem tornar algũa leitura em nossa lynguagem)

Os latinismos proporcionam também a transmissão de nomes dos sentimentos, de novo em linguagem mais abstrata. Lemos, no capítulo XVI, intitulado “Da sanha”:

(25) Da yra seu proprio nome em nossa lynguagem he sanha, que vem de hũu arrevatado fervor de coração por desprazer que sente, com desejo de vyngança
(L.C., cap.XVI Da sanha)

Ocorrem diversos outros casos em que a inovação lexical é aparentemente intralinguística, não havendo mesmo referência à língua latina, embora essa origem latina seja evidente. Podemos observar algumas construções exemplificativas desse modelo nos exemplos seguintes:

(26) E aqeste he o caminho da discliçom que em nossa linguagem chamamos verdadeyro siso.
(L.C., cap. III Da declaraçom das vontades)

(27) o siso, segundo nossa derecha linguagem, nom esta no entender e falar soamente, mes em bem e virtuosamente obrar
(L.C., cap. VIII De quatro maneiras que os homẽes som geeralmente)

(28) do odio ou, segundo nossa linguagem, malquerença, que he hũu contynuado desejo de mal, perda, abatymto de bem doutrem per qual quer guisa que viir lhe possa.

(L.C., cap. XVII Do hodyo)

(29) Da occiosidade em nosso linguagem seu nome mais apropriado he priguça

(L.C., cap. XXVI Da occiosidade)

Os termos introduzidos são os que resultam da adoção de um lexema latino. Observamos então neste texto diversos segmentos de índole definitória e de orientação informativa e também didática. Tais segmentos expõem explicitamente a relação entre o lexema tradicional, vernáculo, e o latino ou derivado erudito do latim.

A definição surge também em estrutura equativa metalinguística, marcada com as fórmulas “em nossa linguagem”, “segundo nossa linguagem” “segundo nossa direita linguagem”, “he seu próprio nome” que operam uma reformulação parafrástica. Mas note-se que os lexemas agora introduzidos, e ‘traduzidos’, embora sejam derivados eruditos do latim, já exibem a adaptação pela qual passam os empréstimos de qualquer língua, e também um tipo morfológico da língua de chegada. Os processos de importação de palavras do latim ocorreram em diversos momentos da história da língua portuguesa, assistindo-se em certos períodos, nomeadamente no período renascentista, a uma significativa entrada de empréstimos, numa efetiva latinização ou talvez ‘relatinização’ do léxico da língua. Essa inovação lexical é fator de elaboração intensiva do léxico como afirma Clarinda Maia que cito: «A intensificação do recurso a nomes abstractos importados do latim é um dos elementos essenciais do processo de elaboração em intensidade» (Maia, 2013^a: 249).

Apesar de serem mais frequentes no período renascentista, estes fenómenos de inovação lexical ocorrem desde períodos recuados, mesmo desde o primeiro período histórico da língua portuguesa e os exemplos de importação de vocábulos latinos são observáveis em textos de diferentes sincronias e tipologia. Clarinda Maia explica como «o processo de selectividade lexical que culminou na centúria de Quinhentos, a avaliar pelos textos escritos, tinha-se já iniciado nos dois séculos precedentes, embora de forma mais acentuada

no século XV» (Maia, 2013^b: 87). A mesma autora refere como «é importante determinar a época e as circunstâncias da introdução e da incorporação dos latinismos e as relações semânticas e de uso entre os dois termos de cada par de formas duplas» (Maia, 2013^b: 86).

Foi possível observar alguns casos dessa transição para o Português moderno no *corpus* que analisei. Tal como os termos introduzidos nos textos jurídicos legislativos de Afonso X, que de modo sistemático integram o léxico do discurso jurídico contemporâneo, os neologismos do *Leal Conselheiro* são ainda usados na língua portuguesa de hoje. Penetraram na língua culta em geral e até na língua corrente, embora por vezes coexistam com o termo tradicional que sobreviveu, como no par *ociosidade/preguiça*. O movimento de evolução que representou a importação de palavras latinas, embora tenha sido muito significativo no decurso do século XVI, não foi exclusivo desse período, tendo ocorrido em diversos momentos da história da língua portuguesa. Esta análise em diversas sincronias permite observar a génese de novos usos lexicais a partir da relação com o Latim, desde os mais antigos textos em português e em diferentes tipologias textuais.

5. Conclusão

Julgo ter podido mostrar que a organização global dos textos mantém uma relação de dependência com o estado histórico do tipo de discurso a que pertencem, que é sempre em certa medida fixo, convencional, normalizado que constitui o estilo, o padrão, a norma daquele tipo de discurso, numa dada época. Mas apresenta também singularidades que definem a sua identidade. É nesta dupla direção que o estudo linguístico de textos do passado pode ser importante para analisar práticas discursivas concretas que se revestem de maior ou menor singularidade.

É possível que uma análise que concilie o levantamento de características específicas da tradição discursiva em que os textos se integram e das suas características singulares dará um contributo importante no âmbito do conhecimento dos textos medievais do ponto de vista do seu funcionamento textual-discursivo, permitindo recortar algumas das características da escrita medieval.

A Pragmática Histórica pode revelar-se, no desenvolvimento da investigação em Linguística Histórica, um quadro teórico-metodológico consistente, seguro e produtivo, capaz de viabilizar o estudo linguístico histórico de formas e da sua evolução, dos modos de organização textual-discursiva (e correspondentes marcadores) e ainda a reflexão sobre tradições discursivas específicas.

A análise de aspetos envolvidos na organização textual-discursiva aponta numa direção que importa ter em conta e explorar de modo alargado e sistemático na investigação linguística histórica: o cenário histórico que envolve a produção dos textos deve ser devidamente considerado, em ordem sobretudo a captar nexos entre a história da língua e a história em geral, nexos que intervem também na construção do sentido.

Procurei sublinhar a importância do estudo das formas textuais para a análise da evolução das formas linguísticas e para uma Linguística Histórica particularmente dedicada aos textos-discursos em português, às suas condições de produção-receção, à construção do sentido que neles se dá, e à mudança/evolução que neles se inscreve e que eles testemunham, porque a língua faz-se e refaz-se também de acordo com as formas textuais.

Referências bibliográficas

- ÁLVAREZ BLANCO, R./X. Xove Ferreiro (2008): “Os advérbios ‘alá/aló’, ‘acá/acó’. Unha perspectiva dialectal”. In Mercedes Brea López/Francisco Fernández Rei/Xosé Luís Regueira Fernández (coords.), *Cada palabra pesaba cada palabra medía, Home-naxe a Anton Santamarina*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 193-224.
- AZEVEDO FERREIRA, José (1980): *Alphonse X. Primeyra Partida*. Édition et Étude. Braga: INIC.
- AZEVEDO FERREIRA, José (1987): *Afonso X. Foro Real, Edição e Estudo*. Lisboa: INIC.
- AZEVEDO FERREIRA, José (1989): *Jacob de Junta. Flores de Dereyto. Edição, Estudo e Glossário*. Braga: Universidade do Minho.
- AZEVEDO FERREIRA, José (2001): “Edição e Estudo Linguístico dos Tempos dos Preitos”. In Brian Head/Aldina Marques/Aida Lemos (orgs.), *Estudos de História da Língua Portuguesa – Obra Dispersa*. Braga: Universidade do Minho/CEH, 339-375.

- BARROS, Clara (1994): “Convencer ou Persuadir: Análise de algumas estratégias argumentativas características do texto da *Primeyra Partida* de Afonso X”, *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, XVIII-XIX, 403-424.
- BARROS, Clara (2002): “Alguns aspectos do funcionamento dos contrastivos no Português medieval”. In Brian Head (ed.), *História da Língua e História da Gramática. Actas do Encontro*. Braga: Universidade do Minho/CEH, 72-82.
- BARROS, Clara (2010): *Versões Portuguesas da Legislação de Afonso X. Estudo Linguístico-Discursivo*. Porto: Uporto Editorial.
- BARROS, Clara (2011): “Tradição, normatividade e especificidade: estruturação discursiva de textos legislativos medievais”. In Armada Costa/Cristina Flores/Nélia Alexandre (eds.), *Textos Selecionados, XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 79-97.
- COMPANY COMPANY, Concepción (2014): “Principios teóricos vs datos de corpus: diálogo o enfrentamiento? Los adverbios em –mente como marcadores de discurso”. In María Marta García Negroni (ed.), *Marcadores de discurso. Perspectivas y contrastes*. London: Routledge, 13-33.
- DIAS, Aida Fernanda (1995): “As Partidas de Afonso X: novos fragmentos em língua portuguesa”, in *Revista Portuguesa de Filologia*, 20, 91-124.
- DIONIÍSIO, João (ed.) (2012): *Leal Conselheiro: Electronic Text*. Madison, Wisconsin: University of Wisconsin-Madison Libraries, Digital Collections (Ibero-American Electronic Text Series) (<http://digiColl.library.wisc.edu/cgi-bin/IbrAmerTxt/IbrAmerTxt-idx?type=header&id=IbrAmerTxt.LealConsel>)
- HOPPER, Paul/Elizabeth Traugott (2003): *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- JACOB, Daniel/Johannes Kabatek (orgs.) (2001): *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica: descripción gramatical – pragmática histórica – metodología*. Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana (Linguística Iberoamericana, 12).
- JACOBS, Andreas/Andreas Jucker (1995): “The Historical Perspective in Pragmatics”. In Andreas Jucker (ed.), *Historical Pragmatics. Pragmatic Developments in the History of English*. Amsterdam: John Benjamins, 3-33.
- KABATEK, Johannes (2001): “¿Cómo investigar las tradiciones discursivas medievales? El ejemplo de los textos jurídicos castellanos”. In Daniel Jacob/Johannes Kabatek (orgs.), *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica: descrip-*

- ción gramatical – pragmática histórica – metodología*. Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana (Linguística Iberoamericana, 12), 97-132.
- KABATEK, Johannes (2006): “Tradições discursivas e mudança linguística”. In T. Lobo *et al.* (orgs.): *Para a História do Português Brasileiro*, vol. VI, tomo II. Salvador da Bahia: EDUFBA, 505-527.
- KABATEK, Johannes (2008): “Introducción”. In Johannes Kabatek (ed.), *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: Nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Frankfurt am Main/Madrid: Editorial Vervuert, 7-16.
- KABATEK, Johannes, (2016): “Un nuevo capítulo en la lingüística histórica iberorrománica: el trabajo crítico con los corpus”. In Johannes Kabatek (ed.), *Lingüística de corpus y lingüística histórica iberorrománica*. Berlin: de Gruyter, 1-17.
- KABATEK, Johannes (ed.) (2016): *Lingüística de corpus y lingüística histórica iberorrománica*. Berlin: de Gruyter.
- LABOV, William (1994): *Principles of Linguistic Change, Internal Factors*. Oxford: Blackwell.
- LOPES, David (ed.) (1897): *Chronica dos Reis de Bisnaga*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- LOPES, Graça Videira (ed.) (2016): *Cantigas medievais galego-portuguesas: corpus integral profano*, 2 vols. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- MAIA, Clarinda (1986): *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Coimbra: INIC.
- MAIA, Clarinda (1995): “Sociolinguística histórica e periodização linguística. Algumas reflexões sobre a distinção entre *português arcaico* e *português moderno*”, *Diacrítica*, 10, 3-30.
- MAIA, Clarinda (2013^a): “Sobre a perda de palavras medievais e os comentários metalinguísticos dos primeiros gramáticos portugueses”. In Emili Casanova/Cesáreo Calvo Rigual (eds.), *Actes del 26é Congrès de Lingüística i Filologia Romàniques*, vol. IV. Berlin: W. de Gruyter, 243-256.
- MAIA, Clarinda (2013^b): “Carolina Michaëlis e o estudo da história do léxico do Português”. In Maria Manuela Gouveia Delille/João Nuno Corrêa Cardoso/John Greenfield (eds.), *Carolina Michaëlis e Joaquim de Vasconcelos: a sua projecção nas artes e nas letras portuguesas*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 69-90.
- MATOS, Maria Manuela/Soraia Aboo Muidine (1997): “Acó e Aló”. In Ivo Castro (org.), *Actas do XII Encontro da APL (XII)*, vol II. Braga, 211-217.

- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1989): *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2008): *O Português arcaico – Uma aproximação*, 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- PAIVA, Maria Helena (2002): *Os gramáticos portugueses quincentistas e a fixação do padrão linguístico. Contribuição da Informática para o estudo das relações entre funcionamento, variação e mudança*, 2 vols. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- PIEL, Joseph (ed.) (1942): *Leal Conselheiro o qual fez Dom Duarte*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte (1983): *Traditionen des Sprechens: Elemente einer pragmatischen Sprachgeschichtsschreibung*. Stuttgart: Kohlhammer.
- SILVA, Elsa Branco (ed.) (2001): *O catecismo pequeno de Dom Diogo Ortiz*. Lisboa: Colibri.
- TEYSSIER, Paul (1981): “Le système des déictiques spatiaux en portugais au XIV^e, XV^e et XVI^e siècles”, *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, VI, 5-39.